

“JURAMENTO DA PRINCESA ISABEL”: UMA ANÁLISE DO QUADRO DE VICTOR MEIRELES

Bárbara Ferreira Fernandes¹

Este artigo possui como objeto de estudo o quadro “*Juramento da Princesa Isabel*” (Figura 01), obra do importante pintor do século XIX, Victor Meirelles. A obra é um óleo sobre tela datada de 1875, com 1,770 x 2,600m de dimensão, pertencente, hoje, ao Museu Imperial de Petrópolis (MIP). O quadro faz parte do circuito permanente do Museu e encontra-se na sala denominada “Princesa Isabel”. Isabel foi regente do Brasil durante três períodos: 1871-1872, 1876-1877 e 1887-1889. A obra retrata o juramento feito na ocasião de sua primeira regência, em 20 de maio de 1871, e foi encomendada pelo então presidente do Senado, Visconde de Abaeté. Na sala de Sessões do Senado, ao centro da tela, diante de uma mesa posta na frente de um trono vazio à esquerda, está a Princesa Isabel ajoelhada. O historiador Robert Daibert Jr. aponta que a tela de Meirelles “buscava engrandecer o momento e construir a trajetória da princesa rumo ao trono. Esse importante momento precisava ser imortalizado”.² Pode-se afirmar que o quadro “Juramento da Princesa Isabel” insere-se no projeto gestado pelo Estado de criar símbolos e trabalhar com o imaginário nacional através da pintura histórica.

Durante o reinado de Dom Pedro II, há a criação de instituições voltadas para a formação de uma elite intelectual e artística, capaz de garantir a inserção do país no panorama cultural internacional. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado e a Academia Imperial De Belas Artes (AIBA) passa por reforma. Desenvolve-se, dessa forma, um projeto político de criação de símbolos nacionais e de formulação de um verdadeiro imaginário em relação à história da nação. Sônia Gomes Pereira³ aponta que a produção artística do período é caracterizada, sobretudo, pelo interesse e proteção da figura do Imperador. As Artes em geral vão fazer parte do esforço político de construção do imaginário da nova nação, buscando temas nacionais. A pintura de história é, portanto, colaboradora das tentativas de criação da identidade nacional no século XIX. Importantes episódios da história do país são propostos como tema em encomendas de grande porte, feitas geralmente pelo Estado, comumente entregues aos dois grandes pintores do período: Victor Meirelles e Pedro Américo.

Meirelles, autor do quadro “Juramento da Princesa Isabel”, foi aluno e professor da Academia Imperial e, em 1852, recebe o prêmio viagem e passa uma temporada de estudos na Europa. Segundo a

¹ Mestranda no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, “a redentora de escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação (mestrado) – UNICAMP: Campinas, 2001. P.50.

³ PEREIRA, Sônia Gomes. *A arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/ arte, 2008. p.34

historiadora Maria de Fátima Argon⁴, o pintor foi responsável por diversas obras que tinham como tema a família imperial e o Brasil, além de ser um dos principais pintores do período. Dessa forma, Meirelles torna-se peça importante no projeto de edificação da nacionalidade brasileira, com a tarefa de colaborar na construção dos símbolos da nação. O pintor, apesar de receber a encomenda da obra em 1871, só apresenta o quadro em 1875. No momento da encomenda, Meirelles, provavelmente, estava envolvido na finalização de “Batalha Naval do Riachuelo” e “Passagem de Humaitá” ambas expostas na Exposição Geral de Belas Artes (EGBA) de 1872. O pintor também estava preocupado com os estudos para “Batalha dos Guararapes” tendo passado três meses em Pernambuco em 1874. Apesar de poucos autores citarem, Meirelles foi mestre de pintura da Princesa Isabel, esse fato demonstra sua proximidade com a família imperial. Além da encomenda dessa obra o pintor também foi encarregado de pintar retratos do imperador, imperatriz, e das princesas (Isabel e Leopoldina), bem como, três esboços sobre a família imperial: “Casamento da princesa Isabel”; “O imperador falando ao povo por ocasião da questão inglesa” (expostos na EGBA de 1865) e “Assinatura da Lei Áurea, 1888”.

Em razão da morte da princesa Leopoldina e da doença da Imperatriz, Dom Pedro II decide viajar à Europa. A ausência do Imperador nesse período não foi vista com bons olhos, pois a Guerra do Paraguai havia terminado há pouco tempo e os Republicanos representavam uma ameaça. Muitos consideravam esse período como um momento de crise para a monarquia somado a um problema de interpretação da constituição: não era claro se a Princesa Isabel assumiria o trono na ausência de Dom Pedro, mesmo tendo sido reconhecida como herdeira desde 1850.⁵ Diante do impasse a respeito de quem assumiria o trono, e da resistência diante da figura da princesa, o historiador Lourenço Luiz Lacombe⁶ aponta que foi convocado o Conselho de Estado, sob a presidência de Dom Pedro II, para resolver a questão da regência.

Após debates e discussões, foi aprovada a viagem do Imperador e a princesa assume o trono. Durante sua primeira regência, Isabel assina uma polêmica lei: a Lei do Ventre livre. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, desde o ano de 1867, Dom Pedro II já vinha planejando, executando e influenciando a promulgação dessa lei⁷. A partir desse momento, a Monarquia começava a perder suas bases de sustentação e a já disputada ideia de um Terceiro Reinado sob o governo de Isabel tornava-se mais complicada. Como aponta Daibert Jr. “A partir da Primeira Regência intensificam-se as lutas de representações que buscam criar um consenso em torno da imagem da herdeira do trono”.⁸

⁴ ARGON, Maria de Fátima Moraes. O mestre de pintura da princesa regente. In: ___ TURAZZI, Maria Inês (org). *Victor Meirelles. Novas Leituras*. Florianópolis: São Paulo: Museu Victor Meirelles/IBRAM/Minc, Studio Nobel, 2009. P.68.

⁵ A Princesa não era unanimidade para assumir o poder na ausência do Imperador. Essa disputa em torno da figura de Isabel deve-se, entre outros, ao fato dela ser casada com um estrangeiro, bem como, de ser mulher e “não estar preparada para assumir o poder”.

⁶ LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel a Princesa Redentora*. Petrópolis: IHP, 1989. P.141.

⁷ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸ DAIBERT JR. Robert. Op. Cit. P. 52.

O “Juramento da Princesa Isabel” foi uma encomenda do Visconde de Abaeté, na época, presidente do Senado, para Victor Meirelles. Esse fato é comentado por vários autores e pode ser reafirmado através de uma nota do “Diário de Notícias” de 28 de maio de 1871. O quadro foi exposto na Exposição Geral de Belas Artes de 1875, não estando totalmente terminado na ocasião. E, em 1881, foi exposta pelo próprio Senado em uma mostra da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro sobre história do Brasil. A obra foi destinada à uma das salas do palácio do Senado; com o advento da República, o quadro foi transferido para a Escola Nacional de Belas Artes. Em 1940, com a criação do MIP, a tela é indicada para fazer parte do acervo do novo museu. A obra é então transferida para Petrópolis, onde permanece até hoje. O valor do quadro, na época de sua transferência, era de 35 mil cruzeiros.⁹

A cerimônia representada na obra foi realizada na sala de Sessões do Senado, onde hoje é a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É interessante observar que, atualmente, no local, encontra-se uma reprodução do quadro “Juramento da Princesa Isabel”. A Sala de Sessões do Senado foi o mesmo local em que, alguns anos mais tarde, Isabel assinaria a Lei Áurea.

De acordo com a ata do Senado de 20 de maio de 1871¹⁰, Isabel chega à sala de Sessões por volta de meio dia e é recebida pelo presidente do senado e pelos primeiros secretários do senado e da câmara dos deputados. Logo depois, a princesa toma seu lugar na cadeira de espaldar colocada abaixo dos degraus do trono. Victor Meirelles retrata o momento em que a Princesa está jurando a Constituição: a regente usa um vestido de chamalote branco bordado e manto de veludo verde e está com a mão esquerda apoiada na constituição. O vestido utilizado pela princesa na ocasião foi o mesmo da assinatura da Lei Áurea, hoje, a peça está localizada no museu do Traje e do Têxtil da Bahia. O presidente do Senado, Visconde de Abaeté, encontra-se próximo à ela levemente curvado e, Frederico Almeida de Albuquerque, também perto da princesa, lê a fórmula do juramento. Meirelles confere à obra dinamismo e mobilidade, os personagens, prestam atenção na cerimônia, mas também interagem entre si.

De acordo com a Ata da cerimônia e com o historiador Hermes Vieira¹¹ estavam presentes na Assembleia 35 senadores e 62 deputados, além dos convidados a assistir à cerimônia. Meirelles escolhe representar de forma clara os importantes nomes da política nacional naquele momento, aproveitando o sol de meio-dia para iluminá-los com a luz que entrava pela janela. De acordo com a ficha técnica do quadro¹² e com o relato de Alcindo Sodré¹³ (diretor do MIP em 1940) pode-se reconhecer os personagens representados na tela. Ao fundo e à esquerda do quadro estão os representantes do ministério: Visconde do Rio Branco de

⁹ É interessante perceber que o acervo do Museu Imperial foi “coletado” através de listas feitas pelo seu diretor, Alcindo Sodré, que eram enviadas ao SPHAN. A tela do juramento não estava na lista inicial que foi enviada ao Museu Nacional de Belas Artes, tendo sido indicada pelo seu diretor, Oswaldo Teixeira.

¹⁰ Anaes do Senado do Império do Brasil. Terceira sessão em 1871 da décima quarta legislatura de 27 de abril a 31 de maio. Rio de Janeiro: Thylografia do Rio de Janeiro, 1871.

¹¹ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. SP:GRD, 1989. P.109

¹² Ficha técnica do quadro “Juramento da Princesa Isabel” cedida pelo Museu Imperial de Petrópolis.

¹³ SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950.

perfil, João Alfredo, Visconde de Niterói, Manuel Francisco Correia, Manuel Antonio Duarte de Azevedo, Domingos Jaguaribe e Teodoro Machado. No segundo plano, no balcão nobre encontra-se o Conselheiro Zacarias, e no balcão alto, o Corpo Diplomático. Na primeira linha da tela estão Souza Franco, Sapucaí, Duque de Caxias, Paranaguá, Visconde de Inhomirim, Barão de Araújo Góis (presidente do Supremo Tribunal de Justiça). Linhas atrás estão Jobim, Sinimbu, Cotegipe, Rio Grande, Caravelas, Bom Retiro, São Lourenço, Itaúna, Antonina, futuro Barão do Rio Branco, Candido Mendes, Paulino, São Vincente, Joaquim Lamare. À esquerda do trono, próximo às janelas estão o Conde Laje e sua esposa que era dama da princesa. As tribunas estão lotadas, notando-se o corpo diplomático e ao centro o Mons. Domingos Sanguigni, tendo ao seu lado direito o ministro da Grã-Bretanha Jorge Buckley. A figura do Duque de Caxias se destaca em relação aos outros: próximo ao primeiro plano da pintura é o único que olha diretamente para fora da tela, como se posasse para o pintor. No canto inferior esquerdo lê-se: Victor Meirelles/1875. É interessante observar a ausência do Conde D'eu na cerimônia. Não foi permitido que ele acompanhasse o juramento do salão, o Conde teria que ficar nas tribunas, diante disso, ele opta por não comparecer. Contemporâneos apontam que era notável a tristeza e decepção na face da princesa.

A composição do quadro do Juramento lembra-nos à da tela “Primeira missa” também de Victor Meirelles. Os tons ocre, o primeiro plano mais escuro, como se fizesse a borda do quadro e o acontecimento principal ocorrendo no centro. Meirelles escolhe representar a cerimônia não focando somente na princesa regente, mas também, nas importantes figuras políticas do período, dessa maneira, ele “expande” a visão da tela, além disso, se preocupa com o desenho de sua obra, fazendo com que os presentes sejam reconhecidos. Meirelles é conhecido pelo seu desenho cuidadoso e caprichado, realizava diversos estudos para suas pinturas e, para o quadro do juramento, sabe-se que há no Museu Nacional de Belas Artes, ao menos, nove estudos.

O “Juramento da Princesa Isabel” aparentemente não foi bem recebido pela crítica contemporânea à ele. Em uma crítica da “Revista Illustrada” de 1879 lê-se: “O que nos tem dado o proprio Sr. Victor Meirelles, que tanto prometia na sua primeira Missa no Brasil? Alguns retratos, a Passagem de Humaitá, **Juramento da Princesa Isabel, quadros que denotam muito rápida decadência.**”¹⁴(Grifo nosso). Meirelles também não agradou ao Imperador: em uma carta à Princesa Isabel Dom Pedro escreve: “Ontem fui à exposição da AIBA. Há quadros sofríveis. O cunhado do Lavradio, mero curioso, tem feito progressos; mas o pirata grego é a pérola da exposição. **O Victor não foi feliz na representação do ato do juramento de você como regente**”¹⁵(Grifo nosso). Apesar da obra não ter sido elogiada e bem recebida sua importância era reconhecida. No jornal “A Nação” de 1875 (ano em que o quadro foi exposto) lê-se:

¹⁴ Revista Illustrada, 1879 p.3

¹⁵ Carta de d. Pedro II a d. Isabel, sem local, 14/03/1875, Arquivo Grão Pará (XXXIX-1-16) – MIP. Apud: TURAZZI, Maria Ines (org). *Victor Meirelles, novas leituras*. Florianópolis : São Paulo: Museu Victor Meirelles/IBRAM/Minc, Studio Nobel, 2009. P.100.

“Na de pintura ha 4 trabalhos do habil pincel do Sr. Victor Meirelles, um dos quaes, ainda por acabar e o mais importante, representa a sessão da assembléa geral de 22 de maio de 1871 em que prestou juramento, como Regente do Imperio, S. A. A SRA. PRINCEZA IMPERIAL.”¹⁶

Apesar da importância da obra ter sido reconhecida na época, sua beleza e qualidade somente o foram anos depois. Em uma extensa reportagem a respeito de Victor Meirelles na revista “Ilustração Brasileira” de 1927 o crítico Adalberto de Mattos aponta:

“O Juramento da Princesa é uma bela obra, prenhe de detalhes impressionantes, que nos recorda os acontecimentos de 71 e retrata os vultos eminentes naquella época; além do alto valor histórico da obra, temos o sabor de arte evidente na tela e a flagrante psychologia do artista.”¹⁷

Não sabe-se ao certo porque a obra não foi bem recebida pela crítica do período, principalmente junto ao Imperador. Uma das possibilidades é a da tela não estar totalmente terminada ao ser exposta ou às escolhas de Meirelles ao não valorizar somente a princesa e não representa-la em uma posição de exaltação do poder.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, foi presidente do Senado de 1861 a 1873. Durante sua presidência, Abaeté encomendou algumas obras de caráter histórico, de acordo com um levantamento realizado, localizaram-se três obras além do “Juramento da Princesa Isabel”. As outras três encomendas não foram destinadas a Meirelles, mas sim a Pedro Américo. Entre 1871 e 1872, Américo realiza três obras a pedido do presidente do Senado, são elas: “Sua Majestade Dom Pedro I na Abertura da Assembleia Geral Legislativa em 1826” que se encontra no Museu Nacional de Belas Artes; “Ataque a Ilha do Carvalho”, de localização desconhecida, e “Dom Pedro II por ocasião da Fala do trono”, datada de 1872 e pertencente hoje ao Museu Imperial de Petrópolis. É importante observar que em um curto período de tempo, Abaeté encomenda obras que representam a “linha de sucessão” da monarquia brasileira, ou seja, quadros que representam Dom Pedro I, Dom Pedro II e a Princesa Isabel em importantes cerimônias oficiais.

O tema do juramento da Princesa Isabel é representado em outra ocasião: na obra do italiano Frederico Tironi. O pintor retrata o juramento à Constituição feito pela princesa em 29 de julho de 1860. A tela “Juramento Constitucional da Princesa” (figura 02) de 1861-62 retrata a mesma sala que o quadro de Meirelles e alguns dos personagens presentes também são os mesmos. A representação de Tironi, no entanto, é escura, mal iluminada e sem movimento. Os que observam a cerimônia são desenhados praticamente na mesma posição só com rostos diferentes, por esse motivo a tela torna-se estática. O autor escolhe representar a princesa do lado direito do quadro, também ajoelhada, e mais iluminada que as outras partes da obra. Apesar de ser uma cerimônia semelhante percebemos a qualidade do desenho e da pintura de Meireles como superior à de Tironi.

¹⁶ A Nação, 1875 p. 3

¹⁷ Ilustração Brasileira, dezembro 1927.

Importante para pensar a tela de Victor Meirelles é compará-la com o quadro de Pedro Américo “Dom Pedro II por ocasião da Fala do trono” de 1872 (figura 03). Essa tela, também uma encomenda do Visconde de Abaeté, representa o Imperador na Abertura da Assembleia Geral na mesma sala de sessões do juramento da princesa Isabel. Pedro Américo, no entanto, faz diferentes escolhas de representações em relação à Meirelles: o Imperador aparece de corpo inteiro e em primeiro plano. A tela, apesar de apresentar outros importantes personagens como o Conde d’Eu e o Visconde de Abaeté, destaca Dom Pedro deixando todas as figuras importantes em um plano menor. Pedro Américo aproveita os trajes do imperador para iluminá-lo e, além disso, representa-o próximo à uma coluna, em um plano superior aos demais e próximo ao trono. Diferente do quadro de Meirelles, Américo procura exaltar o poder do imperador destacando o monarca do restante do quadro, ao olhar a tela o espectador percebe a imponência de Dom Pedro II.

O pintor Victor Meirelles possui outro quadro representando um importante momento onde a personagem principal é a Princesa Isabel. O quadro “Abolição da Escravatura” de 1888 é um estudo representando a assinatura da Lei Áurea pela regente (figura 04). A ocasião acontece na mesma sala do Juramento, o pintor também expande a visão da tela representando importantes figuras políticas do período, bem como, a princesa do lado esquerdo. Na obra de 1888, no entanto, Isabel está mais destacada em detrimento das outras figuras que aparecem. Ela é representada em pé, mais iluminada que o resto do quadro, e próxima à uma coluna que alonga sua silhueta. O homem mais próximo a regente está levemente curvado diante da princesa. Dessa forma, no quadro da Abolição, mais de 15 anos mais tarde do juramento, nota-se como o pintor percebia e representava de maneira diferente a figura da Princesa Isabel.



Figura 01: Victor Meirelles, *Juramento da Princesa Isabel*. 1875 – Museu Imperial de Petrópolis

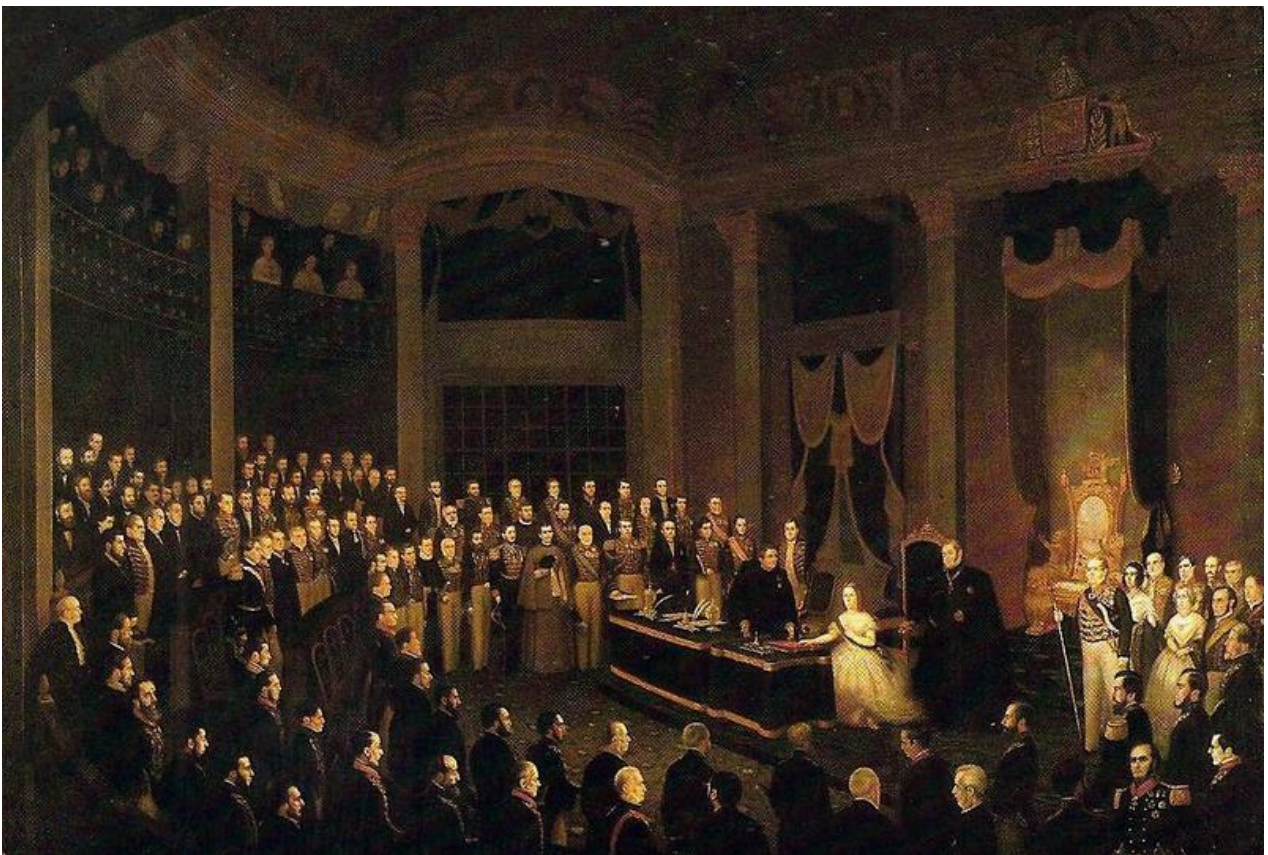


Figura 02: Frederico Tironi, *Juramento Constitucional da Princesa Isabel*. 1861-62 – Museu Histórico Nacional



Figura 03: Pedro Américo, *Fala do Trono*. 1872 – Museu Imperial de Petrópolis

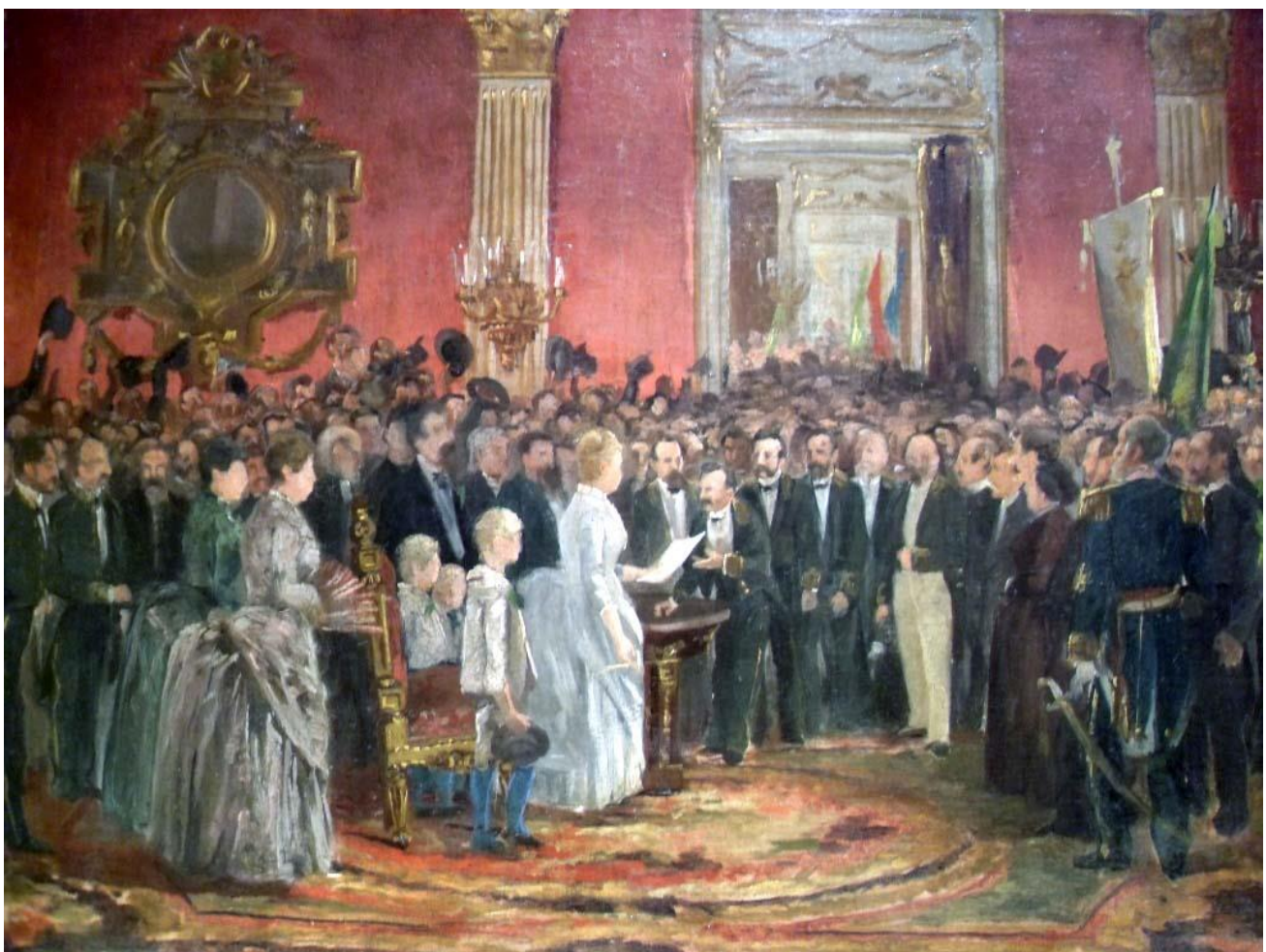


Figura 04: Victor Meirelles, *Assinatura da Lei Áurea*, 1888. Itaú Cultural

Referências Bibliográficas

- BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no século XIX*. SP: Unesp, 2005.
- CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel “A redentora”*. Companhia Editora Nacional: SP – RJ – Recife – Porto-Alegre, 1941.
- CARVALHO, José Murillo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHRISTO, Maraliz de C. V. *A pintura de história no Brasil no século XIX: panorama introdutório*. In: Dossiê “Los relatos icônicos de la nación”, revista Arbor do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, da Espanha, 2009.
- COLI, Jorge; XEXÉO, Mônica F. Braunschweiger. *Vitor Meireles, um artista do império*. Rio de Janeiro: MNBA, MON, 2004.
- COLLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- COSTA, Luciana Reibolt. *O lugar da constituição na iconografia brasileira do século XIX*. Juiz de Fora: UFJF: 2008 – monografia
- DAIBERT JR. Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): A “política do coração” entre o trono e o altar*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.
- _____. *Isabel, a “redentora dos escravos” : um estudo das representações sobre a princesa*. UNICAMP: SP, 2001 – mestrado
- DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção: Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*. São Paulo: Perspectiva, Editora USP, 1989.
- HAAG, Carlos. *Uma “redentora” em busca de redenção. A polêmica “política do coração” da princesa Isabel*. Pesquisa FAPESP, 2008.
- HERMES, Vieira. *Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras*. SP: GRD, 1989.
- LACOMBE, Luiz Lourenço. *Isabel: A princesa redentora*. Petrópolis: IHP, 1989.
- MATTOS, Augusto de Oliveira. *Das Camélias do Leblon às rosas de ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo*. Brasília: Em tempos de história, 2006.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *A arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/ arte, 2008.
- PRAZERES, Jéssica Costa; COSTA, Mariana. A representação da simbologia do poder na obra Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral, de Pedro Américo. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 4, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/pa_dompedro.htm>
- RUBENS, Castro. *Victor Meireles. Sua vida e sua obra*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1943.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950
- TURAZZI, Maria Ines (org). *Victor Meirelles, novas leituras*. Florianópolis : São Paulo: Museu Victor Meirelles/IBRAM/Minc, Studio Nobel, 2009.
- VEJO, Tomas Perez. *La pintura de historia e la invencion de las naciones*. LOCUS: revista de história. Juiz de Fora, vol. 5, nº1, 1999. P. 139-159